



Bruxelas, 21.11.2018
COM(2018) 770 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E
SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO DO
INVESTIMENTO EUROPEU**

**Análise Anual do Crescimento para 2019:
Para uma Europa mais forte num contexto incerto à escala mundial**

INTRODUÇÃO

Em 2019, a expansão da economia europeia deverá prosseguir, potenciando a criação de emprego para um número sem precedente de trabalhadores e arrancando milhões de pessoas à pobreza e a situações de exclusão social. As reformas estruturais, o investimento e as políticas orçamentais responsáveis implementadas pelos Estados-Membros, juntamente com a adoção de medidas decisivas a nível europeu, nomeadamente o Plano de Investimento para a Europa, contribuíram para restabelecer a estabilidade e garantir a maior prosperidade atual da economia europeia. O emprego aumentou para um nível sem precedentes de 239 milhões de postos de trabalho e o desemprego desceu para o nível que precedeu a crise, o que permitiu arrancar mais de 10 milhões de pessoas à pobreza ou a situações de exclusão social nos últimos anos¹.

A economia europeia inicia atualmente o seu sexto ano consecutivo de crescimento. A dispersão das taxas de crescimento na área do euro é a mais reduzida de sempre desde a criação da União Económica e Monetária. Assiste-se à retoma do processo de convergência real, registando-se taxas de crescimento mais elevadas nos Estados-Membros com níveis de PIB per capita mais baixos. O crescimento robusto e as baixas taxas de juro favoreceram uma descida contínua dos défices públicos nacionais que, na maioria dos casos, regressaram aos níveis registados antes da crise. As lacunas em termos de investimento que se fizeram sentir na sequência da crise encontram-se doravante praticamente colmatadas. Após inúmeros anos difíceis, a Grécia concluiu com êxito o seu programa de assistência financeira, conservando assim a sua posição no âmago da área do euro e da União Europeia.

O crescimento da economia não tendo vindo a reverter-se, contudo, em benefício de todos os cidadãos e de todos os países de forma idêntica e permanece vulnerável à instabilidade mundial e aos desafios a médio e a longo prazo. Lançaram-se os alicerces para um crescimento sustentado na Europa. Não obstante, prevê-se o abrandamento do crescimento económico e prevalecem riscos significativos de revisão em baixa. As condições de financiamento continuam a ser favoráveis, mas prevê-se uma ligeira restrição das mesmas, à medida que o crescimento prossegue, a inflação se acelera e a política monetária se normaliza. As preocupações que prevalecem quanto à sustentabilidade das finanças públicas em países com um elevado nível de endividamento poderão conduzir a um aumento dos custos de financiamento em toda a economia, nomeadamente no setor bancário. Alguns Estados-Membros continuam a registar elevadas taxas de desemprego e o rendimento das famílias situa-se a níveis inferiores àqueles que precederam a crise. Outros padecem de situações de subemprego ou de escassez de mão-de-obra qualificada. O crescimento da produtividade é moderado e a difusão das tecnologias digitais pauta-se pela sua morosidade. Os desafios a longo prazo – como o envelhecimento da população, a digitalização e o seu impacto no trabalho, as alterações climáticas e a utilização insustentável dos recursos naturais – continuam a assumir uma natureza premente. Entre os fatores de risco adicionais contam-se uma contração mais rápida da política monetária nos EUA e as suas potenciais repercussões

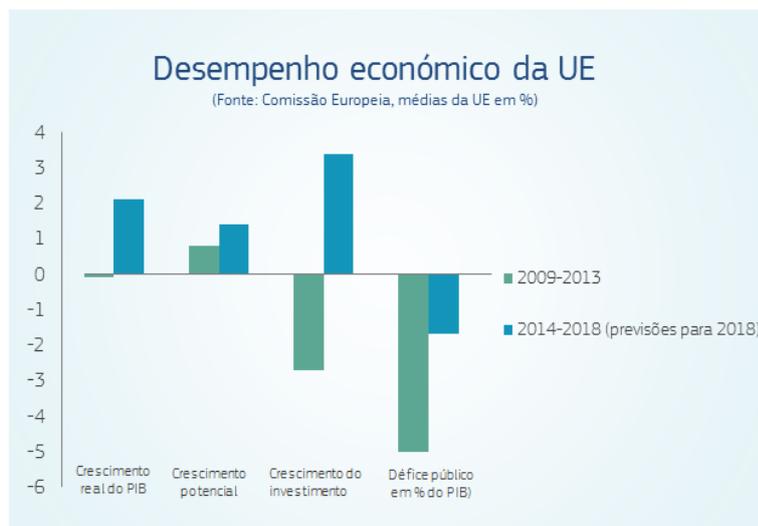
¹ O projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2019 que acompanha a Análise Anual do Crescimento apresenta uma panorâmica geral da evolução recente no domínio social e em matéria de emprego na UE.

na estabilidade financeira em mercados emergentes; as tensões geopolíticas contínuas que afetam o comércio mundial e a persistência das incertezas em torno das futuras relações da União com o Reino Unido.

Os crescentes desafios e o contexto mundial incerto relembram-nos que o atual dinamismo económico constitui uma oportunidade a não desperdiçar. Redobrar os esforços em matéria de reformas, assegurar o bom direcionamento do investimento e reduzir os níveis da dívida, em consonância com as regras orçamentais europeias comuns, são essenciais para tornar a União e os seus Estados-Membros mais fortes, mais inclusivos e mais resilientes. As políticas económicas e orçamentais devem preservar a estabilidade macroeconómica, combater os elevados níveis de endividamento e criar reservas contra choques externos ou internos, a fim de atenuar o seu impacto social e sobre o emprego. É necessário que o investimento e as reformas estruturais coloquem uma maior tónica no fomento do crescimento potencial.

Uma economia resiliente e inclusiva permitirá à União tirar proveito dos seus trunfos à escala mundial, defendendo os benefícios do multilateralismo e da integração económica. O euro é um fator de estabilidade, servindo de mecanismo de proteção face aos riscos crescentes que pesam sobre as perspetivas económicas mundiais. Todavia, a sua arquitetura deve ainda ser reforçada em maior grau. Um mercado único plenamente integrado, pautado pelo seu bom funcionamento, ajudará também a proteger a Europa das crises e dos choques no futuro, enquanto uma verdadeira União dos Mercados de Capitais desbloqueará um maior financiamento a favor do crescimento da Europa. É igualmente fundamental que a nossa União disponha de um orçamento a longo prazo que lhe permita ter em conta a inovação e ainda o quadro económico e geopolítico em rápida mutação, no intuito de apoiar as mudanças estruturais e tornar a Europa mais forte e mais coesa face à crescente incerteza prevalecente, tanto a nível interno como externo. A fim de reforçar a dimensão social da União e promover a convergência ascendente rumo a melhores condições de vida e de trabalho, é necessário concretizar na prática os princípios proclamados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, tanto a nível europeu como nacional.

1. QUATRO ANOS QUE PERMITIRAM OBTER RESULTADOS EM TERMOS DE CRESCIMENTO, EMPREGO E INVESTIMENTO

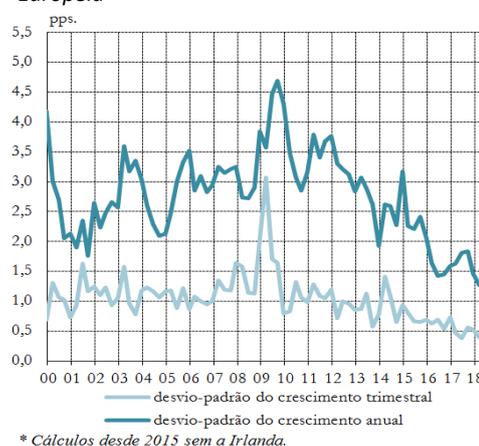


Em 2014, a Europa começou a emergir da pior crise financeira e económica das últimas gerações. A produção económica real começava a regressar aos níveis que precederam a crise e registou-se um período prolongado de reduzido investimento o que, juntamente com outros fatores, afetou negativamente a produtividade e a competitividade. Os elevados défices públicos e outros

desequilíbrios macroeconómicos comprometiam a frágil retoma. As consequências sociais da crise fizeram-se sentir de forma acentuada em toda a União, assumindo a forma de um desemprego muito elevado, em especial entre os jovens, para além de se assistir ao aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Hoje, a Europa já virou praticamente a página no que diz respeito à crise económica e financeira. A economia europeia inicia atualmente o seu sexto ano consecutivo de crescimento. Este sólido crescimento económico tem vindo a ser acompanhado pela retoma do investimento, pelo aumento da procura por parte dos consumidores, pela melhoria das finanças públicas e pela criação sustentada de emprego, embora a ritmos diferentes consoante os países. A dispersão das taxas de crescimento entre os países da área do euro desceu para o seu nível mais baixo desde o início da União Monetária (ver gráfico 1)².

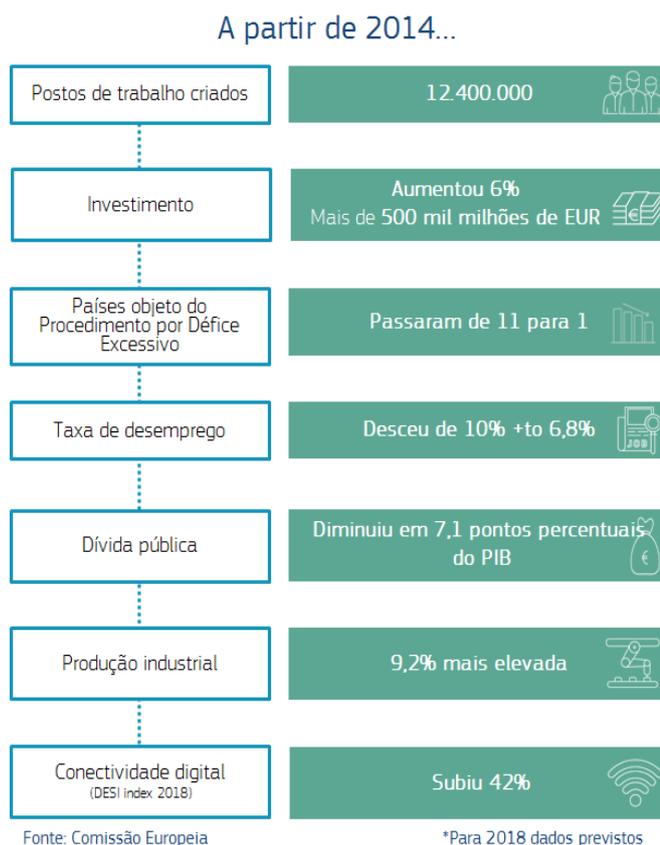
Gráfico 1 - Dispersão do crescimento do PIB na área do euro (2000-2018). Fonte: Comissão Europeia



O desempenho microeconómico também melhorou ao longo dos últimos anos. Assistiu-se à estabilização do diferencial de produtividade face aos Estados Unidos e a um aumento significativo da produção no setor transformador da UE. Os produtos manufacturados e os serviços europeus mantiveram-se atraentes no mercado mundial, não obstante a queda da procura nos mercados emergentes e o aumento dos preços do petróleo. Desde 2014, a conectividade digital entre os Estados-Membros aumentou mais de 40 %.

² Ver também o Relatório Anual de 2017 do Banco Central Europeu (abril de 2018), que também salienta o facto de, em 2017, as divergências nas taxas de crescimento em toda a área do euro, aferidas em desvios-padrão do valor acrescentado bruto, serem as menos pronunciadas desde 1998 (1998: 1,47 σ contra 2017: 0,75 σ).

Aquando da sua tomada de posse, o Presidente Jean-Claude Juncker propôs um programa ambicioso para o Emprego, o Crescimento, a Equidade e a Mudança Democrática. O emprego, o crescimento e o investimento figuravam no topo das 10 prioridades apresentadas. Desde essa data, os três pilares principais da política económica e social da UE têm vindo a estimular, de forma coordenada, o investimento, bem como um maior empenho nas reformas estruturais e a prossecução de políticas orçamentais responsáveis. Em consonância com as orientações integradas³, estes elementos constituíram um triângulo virtuoso, contribuindo para reforçar a retoma e favorecer o crescimento económico.



O Plano de Investimento para a Europa contribuiu numa medida significativa para cumprir as promessas feitas em 2014⁴. Permitiu aumentar o PIB da UE em 0,6 %, prevendo-se que deverá contribuir para um novo aumento equivalente a 0,7 % até 2020. Facilitou a mobilização dos investimentos públicos e privados a favor de projetos que asseguravam um crescimento a longo prazo. Complementando as ações nacionais que visavam melhorar o acesso ao financiamento, o Plano Juncker reforçou e diversificou a disponibilidade de instrumentos financeiros durante a retoma. Estima-se que as suas operações já tenham apoiado a criação de mais de 750 000 postos de trabalho e prevê-se que este número aumente para 1,4 milhões até 2020.

Os progressos realizados em direção a políticas orçamentais robustas e reformas estruturais foram essenciais para reduzir os níveis de endividamento e estimular a criação de emprego, bem como para promover a respetiva qualidade. No quadro do Semestre Europeu, as reformas estruturais apoiaram o crescimento inclusivo e o emprego, facilitando simultaneamente a redução dos desequilíbrios macroeconómicos. A integração do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu a partir de 2018 contribuiu para apoiar este processo. A disciplina orçamental preservou a estabilidade financeira em muitos Estados-Membros. As finanças públicas assentam atualmente em alicerces mais sólidos,

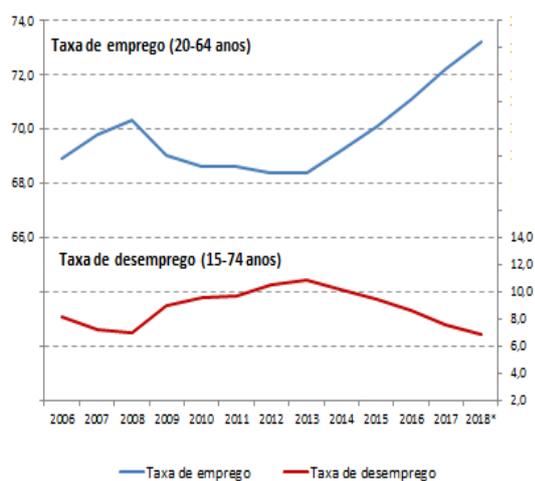
³ Conforme delineado na Decisão (UE) 2018/1215 do Conselho, de 16 de julho de 2018, relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros, e na Recomendação (UE) 2015/1184 do Conselho, de 14 de julho de 2015, relativa às orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros e da União Europeia.

⁴ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento. Plano de Investimento para a Europa: balanço e próximas etapas, COM/2018/771 final.

muito embora seja necessário proceder com maior determinação à reconstituição das reservas orçamentais nos países com elevados níveis de dívida. A qualidade das despesas públicas melhorou, graças igualmente à retoma do investimento. As condições mais favoráveis para as empresas, incluindo medidas para aliviar a carga administrativa ou tornar os sistemas fiscais mais eficientes foram também essenciais para criar um quadro regulamentar adequado e promover uma cultura de empreendedorismo e a criação de emprego. Os progressos realizados a nível nacional e da UE em domínios como os serviços, as infraestruturas, a banda larga, a energia, os transportes, a economia circular, as reformas do mercado de trabalho, os cuidados de saúde, a educação, a investigação, a formação e a inovação criaram novas oportunidades de emprego e crescimento.

Todos estes elementos promoveram o crescimento inclusivo e contribuíram para melhorias substanciais do mercado de trabalho e das condições sociais. A taxa de emprego das pessoas com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos aumentou para 73,2 % no segundo trimestre de 2018, o que constituiu o nível mais elevado jamais alcançado na UE

Gráfico 2 — Evolução do mercado de trabalho



Fonte: Eurostat, LFS
 *2º T-2018 e 3º T-2018 respetivamente para a taxa de emprego e de desemprego (ajustada sazonalmente)

(ver gráfico 2). Dada a evolução atual, a UE encontra-se no bom caminho para atingir a meta de 75 % em 2020, prevista pela estratégia Europa 2020. Paralelamente e graças a esta evolução, a taxa de desemprego desceu recentemente para 6,8 %, regressando aos níveis que precederam a crise. Além disso, também se assiste à descida do desemprego de longa duração e do desemprego dos jovens, muito embora se mantenham a níveis ainda elevados em alguns Estados-Membros. Graças à melhoria das condições do mercado de trabalho, o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, que atingiu 113 milhões de pessoas em 2017, desceu pela primeira vez para os níveis registados antes da

crise. Não obstante, o fenómeno da pobreza no trabalho atinge níveis elevados e continua a aumentar em vários Estados-Membros. O risco de pobreza ou de exclusão social continua a constituir um desafio, em especial para as crianças, as pessoas com deficiência e as pessoas oriundas da imigração.

2. PRINCIPAIS DESAFIOS A ENFRENTAR NO FUTURO

Não obstante os progressos realizados, os riscos e os desafios externos multiplicam-se, o que exige uma resposta por parte de uma Europa mais forte e mais unida. A UE deve estar em condições de fazer face aos desafios suscitados num contexto mundial incerto e em rápida mutação, a fim de responder a situações como a ascensão da China na cadeia de valor à escala mundial até à perturbação da ordem económica do pós-guerra pelos Estados Unidos, em virtude de um crescente protecionismo comercial.

O futuro próspero da Europa depende da sua capacidade de suprir os fatores de vulnerabilidade que persistem, dando resposta aos desafios a mais longo prazo e resistindo aos crescentes riscos a nível mundial. A mundialização apoiou o crescimento económico, mas não se traduziu em benefícios idênticos para todos. Algumas regiões e certos setores enfrentam dificuldades para tirar o maior partido possível da integração do mercado e da inovação tecnológica. Persistem elevados níveis de desigualdade de rendimentos, apesar das condições económicas favoráveis.

Em vários Estados-Membros, a falta de dinamismo das reformas, o fraco crescimento da produtividade e os elevados níveis de endividamento pesam sobre o potencial de crescimento da economia. O envelhecimento da população, a digitalização e as alterações climáticas exercem uma pressão crescente sobre a nossa mão-de-obra, os sistemas de proteção social e o setor industrial, o que nos obriga a inovar e a empreender reformas para manter elevadas condições de vida.

Caixa: Principais riscos e desafios

- ✓ *Fatores de vulnerabilidade persistentes:* baixo crescimento da produtividade; persistência das desigualdades de rendimento e lenta redução da pobreza; disparidades regionais e territoriais; elevados níveis de dívida pública e privada e outros desequilíbrios macroeconómicos que perduram, nomeadamente na área do euro.
- ✓ *Desafios a curto prazo:* aumento do protecionismo e das tensões geopolíticas, o que afeta as relações comerciais; instabilidade nos mercados emergentes; inadequação das competências e escassez da mão-de-obra que tem vindo a tornar-se patente em alguns países e setores; migração; difusão lenta das novas tecnologias digitais; supressão progressiva dos estímulos induzidos pelo Banco central; perda da dinâmica das reformas/riscos de inversão das reformas e de agravamento dos desequilíbrios orçamentais.
- ✓ *Desafios a médio/longo prazo:* explorar o potencial de crescimento assegurado pela digitalização; impacto das transformações tecnológicas nos trabalhadores e em setores específicos; o impacto das alterações demográficas e o papel da migração; atenuação dos efeitos das alterações climáticas e adaptação às mesmas; utilização sustentável dos recursos naturais.

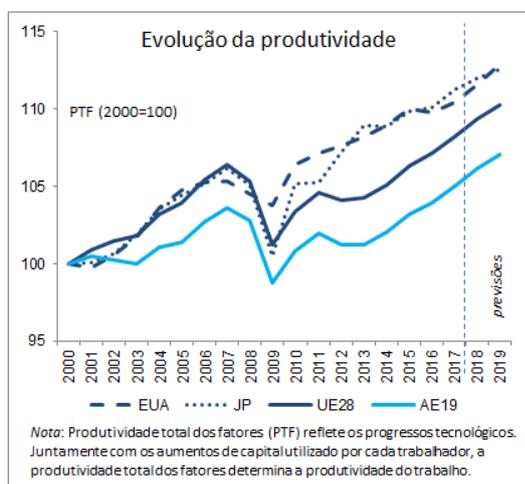
A estabilidade macrofinanceira e a solidez das finanças públicas continuam a ser uma condição *sine qua non* para o crescimento sustentável. A execução de reformas estruturais e o restabelecimento de uma margem de manobra orçamental reforçam-se mutuamente neste contexto: as reformas que estimulam o crescimento conduzem à descida dos níveis de endividamento, enquanto a redução da dívida pode suscitar uma margem para o investimento e o crescimento. Ainda que todos os países devam eliminar os obstáculos ao investimento, incentivar os países da área do euro que registam importantes excedentes da balança corrente a proceder ao investimento contribuirá para assegurar o reequilíbrio.

Para fazer face aos potenciais choques no futuro, cabe realizar progressos, necessários há longa data, em termos de aprofundamento da União Económica e Monetária. A tónica deve ser colocada na conclusão urgente da União Bancária – incluindo a criação de um mecanismo de financiamento do Fundo Único de Resolução — e na criação de uma função central de estabilização profícua para fazer face aos grandes choques assimétricos, mantendo

simultaneamente a existência dos fortes incentivos às reformas estruturais a nível nacional. A Comissão apresentou várias propostas concretas para a consecução desse objetivo, a maior parte das quais aguardam atualmente a sua adoção pelo Parlamento e pelo Conselho. A incerteza económica que prevalece a nível mundial afeta a confiança das empresas e dos consumidores, bem como as perspetivas económicas, o que torna mais oneroso protelar estas medidas e reforça a necessidade da consolidação do papel internacional do euro. Uma economia sólida permitirá à UE tirar partido dos seus trunfos à escala mundial, promovendo o multilateralismo.

O crescente protecionismo e o agravamento das tensões comerciais na cena mundial também exacerbaram a importância de um mercado único que se pautar pelo seu bom desempenho⁵. Para atenuar estas ameaças, é essencial concretizar rapidamente as reformas pendentes a respeito dos mercados de capitais e da energia, bem como da economia digital, tomar medidas de execução credíveis e prosseguir as reformas dos mercados do produto e dos serviços a nível nacional. A adoção das medidas propostas pela UE⁶ destinadas a reforçar a mobilidade da mão-de-obra, mediante a definição de regras claras e equitativas, é fundamental para garantir que o mercado reverta de forma mais lata em benefício dos cidadãos. Um acordo relativo a regras harmonizadas para uma matéria coletável consolidada do imposto sobre as sociedades permitiria eliminar os obstáculos fiscais transfronteiras e reverteria em benefício das empresas no mercado único.

Gráfico 3 - Fonte: Comissão Europeia



Durante as últimas duas décadas, a produtividade total dos fatores na área do euro tem ficado aquém dos grandes concorrentes mundiais (ver gráfico 3). Estimular a produtividade é essencial para sustentar o crescimento económico. Em especial, pode contribuir para que a UE preserve a sua competitividade, apoiando o crescimento dos salários, criando postos de trabalho de qualidade e promovendo a convergência ascendente das condições de vida. Um maior crescimento da produtividade permitiria também à UE contribuir em maior grau para as cadeias de valor mundiais.

Verificam-se disparidades assinaláveis em termos de produtividade entre as empresas, as regiões e os setores na UE. Em especial, o crescimento da produtividade na maioria dos setores dos serviços não tem vindo a acompanhar o ritmo no setor transformador e a concorrência internacional. Isto tem uma incidência significativa na competitividade da UE, dado que 9 de cada 10 postos de trabalho recentemente criados ocorreram nos setores de

⁵ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. O mercado único num mundo em mutação. Um trunfo único que requer maior empenho político, COM/2018/772 final.

⁶ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui uma Autoridade Europeia do Trabalho COM/2018/0131 final.

serviços. Na maioria dos Estados-Membros, as empresas mais produtivas aumentaram a sua produtividade, enquanto as empresas menos produtivas têm vindo a estagnar. Isto aponta para uma desaceleração da difusão tecnológica a partir das empresas mais inovadoras para o resto da economia. Uma melhor eficiência na afetação dos recursos contribuiria para transferir o capital e a mão-de-obra das empresas menos produtivas para as empresas mais produtivas, bem como para reduzir a dispersão e aumentar a produtividade em geral. Uma vez que a produtividade é a força motriz que impulsiona o crescimento dos salários, tal teria igualmente um efeito positivo nestes últimos.

Para prosperar, as economias cada vez mais digitalizadas e globalizadas requerem investimentos mais avultados e mais inteligentes nos domínios das competências e da educação. A digitalização proporciona importantes benefícios, mas suscita igualmente desafios para os trabalhadores e os empregadores. A mutação tecnológica em curso tem vindo a traduzir-se numa rápida reestruturação, mesmo nos setores tradicionais, o que exige uma mão-de-obra mais qualificada e a melhoria das competências. Mesmo hoje em dia, importa assinalar a importância que assume a inadequação das competências, uma vez que 40 % dos empregadores da UE referem que enfrentam dificuldades no recrutamento de pessoas com as competências adequadas. Em média, na UE, as taxas de emprego dos trabalhadores pouco qualificados são quase 30 pontos percentuais inferiores às taxas de emprego dos trabalhadores altamente qualificados. Mais de 60 milhões de adultos não dispõem dos níveis necessários em termos de literacia e numeracia, nem de competência digitais.

As grandes disparidades regionais e territoriais continuam a ser uma grande fonte de preocupação. A UE potenciou um processo único de convergência, contribuindo para assegurar uma maior coesão nos Estados-Membros e entre os mesmos numa União alargada. Contudo, em muitos países da UE, algumas regiões registam atrasos. Muito embora as regiões mais pobres se tenham tornado mais prósperas desde 2010, as suas disparidades económicas face às regiões mais ricas agravaram-se. A evolução tecnológica e a transição no domínio da energia podem vir a acentuar ainda mais essas disparidades, a menos que sejam tomadas medidas adequadas para estimular a competitividade regional (por exemplo, criando incentivos para a adoção de novas tecnologias e a reconversão profissional da mão de obra, combatendo o problema do declínio demográfico). Neste contexto, os investimentos realizados no quadro da política de coesão da UE têm um papel importante a desempenhar, em paralelo com as reformas nacionais orientadas para a promoção do potencial de crescimento, da inclusão e da boa governação. As propostas da Comissão relativas ao novo quadro financeiro plurianual promovem o reforço dos vínculos entre as necessidades de reformas estruturais identificadas no contexto do Semestre Europeu e o investimento europeu nos Estados-Membros, com o objetivo de promover a competitividade e a coesão.

Apesar da desigualdade de rendimentos ser mais ténue na UE do que noutras economias desenvolvidas, supera os níveis registados antes da crise. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais visa assegurar a convergência em direção a melhores condições de vida e de trabalho. Neste contexto, as reformas assumem uma importância primordial, incluindo o desenvolvimento de regimes de proteção social inclusivos e favoráveis ao crescimento, sistemas de tributação e de prestações mais equitativos, bem como instituições do mercado de

trabalho que combinam eficazmente a flexibilidade e a segurança. À medida que venham a surgir novas formas de trabalho, incluindo o trabalho em plataforma e o trabalho por conta própria, a proteção social, habitualmente orientada para os trabalhadores a tempo inteiro com contratos de duração indeterminada, terá de se modernizar e adaptar. Na era da globalização, a capacidade de um governo tributar, por si só, os salários mais elevados, bem como os titulares de um património importante tornou-se cada vez mais limitada. Garantir uma tributação mais equitativa, nomeadamente da economia digital, em conformidade com as medidas propostas pela UE, constitui uma condição *sine qua non* para um crescimento mais inclusivo.

O envelhecimento da população europeia constitui um desafio para os sistemas de pensões, de cuidados de saúde e de cuidados prolongados. Projeta-se um aumento do rácio entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, que deverá passar de 28,8 % em 2015 para 35,1 % em 2025, superando 50 % em 2050. Isto tem implicações importantes para o futuro crescimento económico e a distribuição dos recursos: irá exigir medidas adicionais para garantir a sustentabilidade orçamental e uma cobertura adequada. A situação dos jovens é especialmente preocupante, uma vez que poderão vir a suportar uma dupla carga: pagarão taxas de contribuição mais elevadas quando trabalham e cobrarão pensões mais baixas quando se aposentam. Um mercado de trabalho mais dinâmico e inclusivo, bem como a reforma dos sistemas de segurança social, podem atenuar os riscos sociais e para as finanças públicas suscitadas pelo envelhecimento da população.

3. DEFINIR AS PRIORIDADES CORRETAS PARA UM FUTURO PRÓSPERO

A Europa deve dispor de uma visão a longo prazo e aumentar a sua resiliência socioeconómica, a fim de reforçar a sua capacidade para absorver os choques e tirar proveito das novas oportunidades. O crescimento constante atualmente registado na Europa proporciona as condições adequadas para avançar com as reformas urgentes e pendentes que são necessárias para responder aos desafios com que nos deparamos.

Optar atualmente pelas soluções estratégicas adequadas revela-se fundamental para assegurar um crescimento mais elevado e mais equitativo, melhores empregos e uma maior capacidade para atenuar os efeitos dos ciclos económicos mundiais. Um conjunto coerente de prioridades é essencial para orientar os planos nacionais de reforma e completar os esforços envidados a nível da UE. A chave para um futuro próspero continua a consistir em: 1) realizar investimentos de elevada qualidade; 2) dar ênfase às reformas centradas no crescimento da produtividade, na inclusão e na qualidade institucional; 3) continuar a assegurar a estabilidade macrofinanceira e a solidez das finanças públicas.

Realizar investimentos de qualidade

O investimento constitui a força motriz para o crescimento e a criação de emprego. Os Estados-Membros devem continuar a promover um quadro propício ao investimento que seja favorável ao crescimento. O investimento público e privado bem direcionado deve ser acompanhado de um conjunto bem concebido de reformas estruturais. Deve servir para criar ou modernizar as infraestruturas estratégicas, reforçar o capital humano com vista a assegurar

a competitividade no futuro e melhorar as condições de vida e de trabalho. Deverá igualmente contribuir para a consecução do objetivo da UE quanto à transição para uma economia circular hipocarbónica, com vista a apoiar a sustentabilidade a longo prazo. O investimento destinado a promover a sustentabilidade ambiental apresenta, com efeito, o potencial de fomentar a produtividade em toda a economia através de uma maior eficiência na afetação dos recursos e da redução dos custos inerentes aos fatores de produção.

Verificam-se lacunas importantes em termos de investimento na investigação e na inovação,⁷ nomeadamente na infraestrutura digital e em ativos incorpóreos. A expansão das tecnologias digitais altera profundamente a dinâmica da inovação. Os efeitos de rede e a complexidade do processo de inovação intensificam-se. As vantagens da inovação concentram-se num pequeno número de empresas de vanguarda que atingiram elevadas taxas de crescimento da produtividade. Para assegurar maiores ganhos de produtividade impulsionados pela inovação, é necessária uma maior difusão e implantação da inovação em toda a UE. O investimento deve apoiar o reforço dos vínculos entre os meios científicos e as empresas, atribuindo uma maior ênfase à difusão da inovação e à criação de novos mercados, à expansão das infraestruturas digitais (por exemplo, banda larga e digitalização das pequenas e médias empresas) e ao desenvolvimento de um conjunto adequado de competências.

O investimento na educação, na formação e nas competências é crucial para aumentar a produtividade e sustentar o emprego num contexto em rápida mutação e no quadro da digitalização. Os Estados-Membros devem assegurar que os jovens disponham das competências necessárias em função das necessidades do mercado de trabalho, potenciando e incentivando a aprendizagem ao longo da vida. Devem atribuir especial atenção à capacidade de adaptação da mão-de-obra, nomeadamente dos trabalhadores pouco qualificados, a fim de assegurar a implantação satisfatória dos progressos tecnológicos. Impõe-se também atribuir particular atenção ao combate das desigualdades em termos de acesso a uma educação e formação de qualidade, que persistem na maioria dos Estados-Membros.

⁷ Atualmente, a percentagem do PIB investido na investigação e no desenvolvimento da UE eleva-se a 2,03 %, ficando muito aquém do objetivo geral de 3 %. Além disso, a UE continua a registar um atraso significativo em relação a outras economias avançadas, como os Estados Unidos (2,79 %), o Japão (3,29 %) e a Coreia do Sul (4,23 %).

Caixa: Competências e conhecimentos para o crescimento do futuro

Um investimento público de elevada qualidade na educação e na formação é fundamental para fomentar o crescimento inclusivo, sustentável e baseado no uso intensivo do conhecimento. O fraco desempenho escolar tem um grande impacto nas futuras taxas de emprego, nos níveis de pobreza e na competitividade. Os efeitos perturbadores da inovação no local de trabalho fazem com que a educação e a formação de qualidade assumam uma importância ainda mais crucial neste contexto. Na maioria dos Estados-Membros, isto exige um maior investimento e reformas nos sistemas de educação e formação. Cabe melhorar a eficiência e a pertinência, para o mercado de trabalho, do investimento destinado a aumentar os níveis de escolaridade.

É essencial garantir a igualdade de acesso a uma educação de qualidade e obter um elevado desempenho escolar. Para o efeito, é necessário um investimento adequado. É fundamental adotar uma abordagem estratégica abrangente, que deve muitas vezes começar por facultar o acesso a serviços de qualidade no domínio da educação e do acolhimento na primeira infância, enquanto primeiro passo para o êxito da educação e do emprego numa fase posterior da vida. Além disso, o reforço das competências básicas deve constituir uma medida prioritária, a par do reforço da educação inicial e do desenvolvimento profissional contínuo dos docentes e formadores. Os Estados-Membros devem igualmente reforçar os sistemas de ensino e de formação profissionais, no intuito de os tornar mais atraentes enquanto primeira escolha, aumentando a sua flexibilidade e assegurando o seu alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho, para além de garantir a disponibilidade de um maior número de oportunidades de aprendizagem num contexto laboral e de estágios. É igualmente necessário envidar esforços para modernizar o ensino superior.

É fundamental elaborar uma abordagem estratégica quanto ao desenvolvimento das competências ao longo da vida. No intuito de aumentar a capacidade de resistência e de adaptação das pessoas à mudança, as medidas estratégicas devem apoiar a participação ativa de todos os adultos em atividades de reconversão ou aperfeiçoamento profissional. As decisões em matéria de despesa devem ter por base informações sólidas sobre o mercado de trabalho e as competências, contribuindo para antecipar eventuais necessidades de reestruturação. O êxito das estratégias de desenvolvimento das competências ao longo da vida depende, em grande medida, dos serviços de orientação e apoio em todas as etapas de aprendizagem. Convém redobrar esforços para permitir o acesso ao aperfeiçoamento profissional dos adultos pouco qualificados (incluindo competências transversais e digitais), ajudando-os a adquirir qualificações pertinentes para o mercado de trabalho. Isto contribuirá igualmente para a integração dos migrantes e permitirá tirar melhor partido das suas competências e qualificações.

O atual crescimento económico deve traduzir-se numa concentração do investimento na modernização e na descarbonização do setor industrial, bem como dos sistemas dos transportes e da energia na Europa. Os investimentos em infraestruturas nestes domínios devem responder à evolução das necessidades no futuro e facilitar a inserção das empresas da UE em cadeias de valor internacionais dentro e fora do mercado único. Impõe-se a prossecução do processo de dissociação da utilização da energia e dos recursos face ao crescimento económico, no intuito de alcançar os objetivos da UE em matéria do clima e da energia até 2030, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. O investimento numa economia circular e hipocarbónica, nomeadamente através da inovação, constitui um dos elementos-chave para a manutenção da competitividade europeia à escala mundial e o aumento da produtividade sem comprometer as condições de vida. A modernização das infraestruturas de transportes, incluindo os investimentos na mobilidade inteligente, sustentável e segura, nomeadamente na mobilidade sem emissões, continua a ser problemática em vários Estados-Membros. São necessários investimentos centrados na

construção de imóveis para habitação, paralelamente à simplificação da regulamentação nacional, para tornar a habitação mais acessível e reduzir o consumo de energia.

Cabe tirar melhor proveito do investimento privado, mobilizado a partir de mercados de capitais que se pautem pelo seu bom funcionamento e pela sua integração. À medida que a UE ultima a execução do seu plano de ação para a criação de uma união dos mercados de capitais,⁸ convém desenvolver em maior grau a plena diversidade dos mercados de capitais europeus, abrangendo desde plataformas globais até redes integradas a nível regional e iniciativas locais, no intuito de financiar as empresas e promover a descarbonização e a transição para uma economia mais sustentável.

As propostas da Comissão relativas ao próximo quadro financeiro plurianual da UE apoiam plenamente a realização de um maior número de investimentos de melhor qualidade por parte das autoridades nacionais e do setor privado. Como referido anteriormente, a Comissão tenciona assegurar a existência de vínculos mais eficazes entre o Semestre Europeu e o financiamento da UE para 2021-2027 (ver caixa infra). Além disso, o novo programa InvestEU⁹ reunirá numa estrutura única os múltiplos instrumentos financeiros da UE disponíveis para apoiar o investimento. Isto tornará o financiamento da UE a favor dos projetos de investimento estratégico na Europa mais simples, mais eficiente e mais flexível. Ao reforçarem as práticas existentes no contexto do próximo quadro financeiro plurianual, os programas da UE irão ser utilizados de forma coerente para maximizar o valor acrescentado do financiamento da UE e apoiar as reformas a nível nacional no contexto do Semestre Europeu, tendo como derradeiro objetivo concretizar de forma eficiente as prioridades estratégicas da UE.

⁸ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais, COM(2015)0468 final.

⁹ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o programa InvestEU, COM/2018/439 final

Caixa: Maior alinhamento entre o Semestre Europeu e os fundos de coesão da UE

Responder aos desafios identificados no contexto do Semestre Europeu é fundamental para impulsionar o investimento e tornar este último mais eficaz com vista a alcançar uma maior coesão socioeconómica e territorial em toda a UE. Paralelamente, o investimento é por vezes necessário para apoiar a aplicação das recomendações específicas por país. Existem já vínculos formais entre os fundos de coesão da UE e a coordenação das políticas económicas no âmbito do Semestre Europeu. Criar maiores sinergias e aprofundar a complementaridade entre ambos os processos pode reverter em grande benefício destes últimos.

Para o efeito, o Semestre Europeu de 2019 colocará uma maior tónica na avaliação das necessidades de investimento, a fim de orientar as decisões de programação para 2021-2027. A análise nos relatórios por país de 2019 examinará as necessidades de investimento em todos os países, incluindo – se for caso disso – as dimensões setoriais e regionais. Com base nesta análise, um novo anexo ao relatório por país identificará as necessidades de investimento que sejam pertinentes para efeitos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu Mais e do Fundo de Coesão durante o período 2021-2027. Isto proporcionará uma sólida contribuição analítica para o diálogo de programação com os Estados-Membros.

Com base nos relatórios por país, a Comissão tenciona igualmente identificar, no quadro das suas propostas para as recomendações específicas por país de 2019, os domínios prioritários para efeitos de investimento público e privado, a fim de facilitar em maior grau a execução de reformas favoráveis ao crescimento.

Dar ênfase às reformas centradas no crescimento da produtividade, na inclusão e na qualidade institucional

O investimento de qualidade deve ser acompanhado das reformas estruturais adequadas. Uma abordagem orientada para o futuro em matéria de crescimento exige uma maior ênfase em esforços redobrados quanto a reformas em três domínios essenciais: crescimento da produtividade, inclusão e qualidade institucional.

As reformas nacionais devem ter como objetivo fulcral uma maior produtividade. Uma implantação mais lata e mais rápida das tecnologias potenciadoras de produtividade exige medidas específicas para promover o investimento correspondente (por exemplo, incentivos fiscais), o desenvolvimento das competências e o reforço dos vínculos entre os sistemas de educação e de formação e as empresas. As tecnologias digitais avançadas, como a computação de alto desempenho, a cibersegurança e a inteligência artificial apresentam atualmente um grau de maturidade suficiente para se proceder à sua implantação e ampliação. Apresentam o potencial de criar novas fontes de receitas e de emprego se as empresas dispuserem dos incentivos adequados para o efeito.

Os Estados-Membros devem assumir uma responsabilidade coletiva e individual no mercado único para tirar proveito do potencial ainda por explorar deste último. Juntamente com a inovação e a difusão da tecnologia, mercados do produto e serviços que se pautem pelo seu bom funcionamento constituem uma força motriz fundamental para o crescimento da produtividade, uma vez que permitem uma afetação mais eficiente dos recursos. Apesar de alguns Estados-Membros disporem de um quadro empresarial propício, outros necessitam de reformas mais aprofundadas para facilitar a entrada e a saída nos mercados de bens e serviços. Revelam-se particularmente necessárias reformas nos mercados

da energia, das telecomunicações, dos transportes, dos serviços às empresas e dos mercados retalhistas. Subsistem comportamentos de procura de rendimentos que atrasam a introdução das inovações e de novos modelos empresariais, incluindo a economia colaborativa e a economia circular. Em muitos casos, os quadros de insolvência não são suficientemente eficazes para desbloquear recursos a favor das novas empresas.

Impõem-se novas reformas para assegurar o devido equilíbrio entre flexibilidade e segurança no mercado de trabalho. A legislação laboral e os sistemas sociais devem proporcionar segurança a todos os tipos de trabalhadores, facilitar as transições entre os postos de trabalho e os estatutos profissionais, promover a mobilidade e a flexibilidade para além de combater melhor a segmentação do mercado de trabalho e o fenómeno da pobreza no trabalho. Neste contexto, é essencial reforçar a eficácia das políticas ativas do mercado de trabalho e dos serviços públicos de emprego. Em alguns Estados-Membros, os incentivos fiscais e estratégicos que visam alargar a participação das mulheres no mercado de trabalho podem também criar importantes possibilidades em termos de ganhos de produtividade.

A inclusão deve também estar no âmago dos esforços desenvolvidos em matéria de reformas, no intuito de garantir que os ganhos de produtividade revertam em benefício de todos os cidadãos. Para o efeito, é necessário dar maior ênfase à qualidade da educação, da formação e da aprendizagem dos adultos, nomeadamente a favor das pessoas pouco qualificadas (ver caixa específica); a conceção correta e inovadora de sistemas fiscais e de prestações, bem como um acesso permanente ou mais alargado a cuidados de saúde, a estruturas de acolhimento de crianças e a serviços de cuidados de longa duração de qualidade.

O crescimento dos salários, resultante do aumento da produtividade, pode reduzir as desigualdades e apoiar a trajetória ascendente de convergência das condições de vida. Em 2017, a evolução dos salários reais continuou, em média, a ficar aquém da produtividade, prosseguindo uma evolução a mais longo prazo. Num contexto caracterizado pelo declínio da prática das negociações coletivas, as políticas que reforçam a capacidade institucional dos parceiros sociais podem ser benéficas nos países em que as estruturas de diálogo social são frágeis ou tenham sido adversamente afetadas pela crise económica.

O combate à pobreza e às desigualdades exige também sistemas fiscais e de prestações que sejam inclusivos e eficientes. As reformas nacionais dos sistemas fiscais e de prestações devem centrar-se na adequação das prestações e na sua cobertura, bem como na otimização dos incentivos à participação no mercado de trabalho. Em inúmeros Estados-Membros, a luta contra a fraude, a evasão e a elisão fiscais continua a ser essencial para assegurar uma repartição equitativa dos encargos entre os contribuintes, bem como a cobrança de receitas fiscais tendo em vista o seu investimento em serviços públicos de elevada qualidade. Na UE, estima-se que o custo da elisão fiscal das empresas eleva-se, por si só, a 50-70 milhões de EUR por ano.

Os Estados-Membros devem promover em maior grau as políticas de ativação e de inclusão social, bem como o acesso universal a serviços de prestação de cuidados de qualidade e a preços acessíveis. É particularmente necessária uma ação estratégica para promover a participação dos trabalhadores em formas atípicas de emprego e dos trabalhadores

por conta própria nos regimes de segurança social. Um acesso mais alargado a serviços de prestação de cuidados de elevada qualidade (por exemplo, estruturas de acolhimento de crianças ou cuidados prolongados) facultaria às mulheres maiores oportunidades de entrarem ou permanecerem no mercado de trabalho e reduziria o risco de pobreza e exclusão social entre as crianças e os grupos vulneráveis. Políticas mais eficientes de integração dos migrantes no mercado de trabalho apoiariam a sua integração social mais lata. Para assegurar a sustentabilidade orçamental e manter o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade, os Estados-Membros devem melhorar a relação custo-eficácia, investindo na inovação, assegurando a maior integração dos serviços de saúde aos níveis dos cuidados primários, dos cuidados especializados prestados em regime ambulatorio e dos cuidados hospitalares, e reforçando as ligações com a assistência social para satisfazer as necessidades de uma população em envelhecimento. Justifica-se igualmente uma maior ênfase na prevenção, a fim de apoiar estes esforços.

As instituições públicas que se pautam pelo seu bom desempenho contribuem para um maior crescimento e constituem uma condição *sine qua non* para o êxito da realização de outras reformas. As análises empíricas demonstram que uma melhor qualidade institucional está geralmente associada a uma maior produtividade. Trata-se nomeadamente de elementos relacionados com a eficácia da administração pública, o grau de digitalização dos serviços públicos, a qualidade e a estabilidade do quadro regulamentar, a luta contra a corrupção e o respeito pelo Estado de direito. Todos estes aspetos podem ter um impacto nas decisões de investimento e são suscetíveis de serem melhorados através de uma partilha e aplicação mais alargadas das melhores práticas da UE. Os Estados-Membros devem também centrar-se mais sistematicamente na qualidade da governação e resolver de forma ativa as insuficiências.

O Estado de direito, sistemas judiciais eficazes e quadros robustos de combate à corrupção são essenciais para atrair as empresas e potenciar o crescimento económico. Isto prende-se nomeadamente com a independência e a eficiência dos sistemas judiciais, e ainda com uma abordagem global de luta contra a corrupção, associando a prevenção, a eficácia da ação penal e a imposição de sanções. Convém conjugar a estes aspetos a transparência e a integridade no setor público, a proteção jurídica eficaz dos denunciantes, a existência de meios de comunicação social independentes e uma maior cooperação com a sociedade civil. Nalguns Estados-Membros, uma aplicação mais estrita da lei deve ser completada por sólidas políticas de prevenção, bem como por incentivos a favor da utilização de sistemas de pagamento eletrónicos ou de soluções digitais para combater a economia paralela.

O crescimento económico favorável que ainda perdura atualmente proporciona as melhores condições possíveis para a implementação bem-sucedida das reformas mas, em alguns países, os esforços envidados neste domínio têm vindo a perder dinamismo. Para apoiar e incentivar a prossecução das reformas a nível nacional, a Comissão propôs a criação de um programa de apoio às reformas¹⁰. Este novo instrumento orçamental da UE para 2021-2027 deverá proporcionar incentivos financeiros a favor das reformas e ao reforço da

¹⁰ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o programa de apoio às reformas, COM/2018/391 final.

assistência técnica, consolidando o êxito do atual Programa de Apoio às Reformas Estruturais e a forte procura a este respeito.

Assegurar a estabilidade macroeconómica e a solidez das finanças públicas

Os desequilíbrios macroeconómicos na UE diminuíram, mas perduram fatores de vulnerabilidade. Uma reavaliação global dos riscos nos mercados financeiros internacionais poderia levar os investidores a reavaliarem os riscos herdados do passado, como os elevados níveis de endividamento, as deficiências que subsistem nos setores bancários e a margem de manobra orçamental limitada em alguns Estados-Membros. Uma nova correção dos grandes desequilíbrios no que diz respeito ao volume da dívida exige, por conseguinte, novas reduções dos elevados níveis da dívida pública e privada e um reforço adicional do setor financeiro. Isto contribuirá para criar a margem de manobra orçamental necessária à garantia da sustentabilidade a longo prazo, para além de permitir reforçar a capacidade de enfrentar as futuras crises e mobilizar fundos para investimentos futuros.

Continuam a ser essenciais medidas credíveis para alcançar os objetivos orçamentais acordados, em consonância com as regras europeias comuns. Em muitos países, a dívida persiste a níveis elevados, reduzindo assim a margem para absorver os choques de rendimentos negativos. À medida que a economia continua a crescer, chegou o momento de reforçar as reservas orçamentais necessárias para enfrentar a próxima recessão seguinte e atenuar as potenciais repercussões sociais e em matéria de emprego. Vários Estados-Membros reduziram a sua dívida pública e atingiram ou ultrapassaram o seu objetivo orçamental de médio prazo, o que torna possível realizar investimentos públicos mais avultados com vista a apoiar o crescimento potencial. Outros, contudo, denotam ainda elevados níveis de dívida pública, o que restringe a sua capacidade de investir para o futuro. Estes países realizaram também menos progressos em termos de redução da dívida pública durante os últimos anos. Devem tirar proveito da atual expansão económica para reforçar as reservas; reforçar em maior grau as suas finanças públicas, em especial do ponto de vista estrutural; e atribuir prioridade às despesas consagradas a rubricas que favorecem a resiliência e o potencial de crescimento. O Pacto de Estabilidade e Crescimento define regras claras para garantir políticas orçamentais responsáveis.

A melhoria da qualidade e da composição das finanças públicas é importante para garantir a estabilidade macroeconómica, sendo também um elemento fundamental da política orçamental dos Estados-Membros. Do lado da receita, é necessário criar sistemas fiscais eficientes que proporcionem incentivos a favor do investimento e do crescimento. É igualmente necessário desenvolver esforços do lado da despesa, através de exercícios de revisão da despesa e atribuindo prioridade às despesas que promovem o crescimento a longo prazo e a equidade.

É também fundamental assegurar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Hoje em dia, as pessoas vivem mais tempo e de forma saudável, mas a evolução demográfica tem igualmente vindo a exercer uma pressão cada vez maior sobre os sistemas de proteção social. Continuam a ser essenciais reformas dos regimes de pensões no intuito de adaptar o equilíbrio entre a vida profissional e a aposentação e apoiar as poupanças-reforma

complementares. A implementação dessas reformas é muitas vezes difícil do ponto de vista político e convém evitar a sua inversão, uma vez que tal poderia comprometer a sustentabilidade orçamental, para além de reduzir o potencial de crescimento e a equidade entre as diferentes gerações. Uma melhor governação dos contratos públicos poderia igualmente contribuir, em grande medida, para uma maior eficiência das despesas públicas em vários Estados-Membros.

A resiliência do setor financeiro tem vindo a melhorar, mas cabe prosseguir os esforços com vista a reduzir o crédito malparado e a reforçar os quadros de supervisão. Apesar de alguns Estados-Membros terem registado progressos substanciais no sentido de reduzir o volume de crédito malparado, outros devem ainda envidar esforços adicionais, nomeadamente no domínio da insolvência. A adoção das medidas apresentadas pela Comissão em março de 2018,¹¹ em conformidade com o plano de ação para combater o crédito malparado na Europa¹², apoiará esta evolução. As oportunidades propiciadas pela evolução tecnológica e por um mercado plenamente integrado no âmbito de uma União Bancária concluída devem continuar a ser exploradas. Impõe-se adaptar os quadros macroprudenciais para suprir os riscos de sobreaquecimento e evitar a criação de novos desequilíbrios. Cabe reforçar os quadros de supervisão nacionais e a sua coordenação, no intuito de garantir a plena aplicação das regras da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais, bem como a correta prevenção e gestão dos riscos por parte dos bancos.

CONCLUSÕES E PRÓXIMAS ETAPAS

A UE e os seus Estados-Membros devem tomar medidas estratégicas decisivas e concertadas para cumprir o prometido quanto a um crescimento inclusivo e sustentável no futuro, sobretudo atendendo à crescente incerteza inerente à conjuntura mundial. A Europa precisa de intensificar o seu potencial de crescimento e a sua resiliência económica e social, reforçando assim a sua capacidade de enfrentar os choques conjunturais e de transformar os desafios a longo prazo em oportunidades.

Os Estados-Membros devem ter em conta as prioridades identificadas pela Comissão na presente Análise Anual do Crescimento no quadro das suas políticas e estratégias nacionais, nomeadamente aquando da elaboração dos seus programas nacionais de reformas. Paralelamente, devem acelerar a execução dos seus programas de reformas e das reformas fundamentais realçadas nas recomendações específicas por país. Devem tirar pleno partido dos instrumentos políticos e de financiamento de que dispõem a nível da UE para promover um investimento que seja fonte de crescimento. Será particularmente importante assegurar maiores sinergias ainda entre as prioridades estabelecidas no quadro da coordenação das políticas económicas e sociais a nível da UE e o financiamento pelo orçamento da UE, em conformidade com as propostas da Comissão relativas ao próximo quadro financeiro plurianual.

¹¹ O pacote inclui uma proposta de diretiva relativa aos gestores de créditos, aos compradores de créditos e à recuperação de garantias, uma proposta de regulamento que altera o regulamento relativo aos requisitos de fundos próprios e um roteiro para a criação de sociedades de gestão de ativos (SGA) nacionais.

¹² Conselho da União Europeia, conclusões do Conselho sobre o plano de ação para combater os créditos não produtivos na Europa, 11 de julho de 2017.

A Comissão prosseguirá o diálogo estabelecido com os Estados-Membros no âmbito do Semestre Europeu. O seu objetivo consiste em chegar a um consenso quanto aos desafios mais prementes nos próximos relatórios por país e em identificar os domínios de ação prioritária na próxima ronda de recomendações específicas por país. A criação de conselhos nacionais da produtividade poderia favorecer debates nacionais sobre a forma de estimular a produtividade, proporcionando uma análise independente e de elevada qualidade e reforçando a apropriação nacional das reformas¹³. Os Estados-Membros deverão assegurar a plena participação dos parceiros sociais e dos parlamentos nacionais no processo de reforma. A sua participação, bem como uma colaboração mais lata com a sociedade civil, assumem uma importância fundamental para melhorar a apropriação e a legitimidade das reformas e para obter melhores resultados no plano socioeconómico.

¹³ Atualmente, treze Estados-Membros procederam à nomeação de um comité nacional da produtividade: Chipre, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Eslovénia. Três Estados-Membros não pertencentes à área do euro procederam à nomeação de um comité nacional da produtividade: Dinamarca, Hungria e Roménia.